

7.2.4.1.1 — *EFP* — experiência na função pública (só serão considerados anos completos):

Até nove anos de serviço — 10 valores;
De 10 a 14 anos de serviço — 14 valores;
De 15 a 24 anos de serviço — 18 valores;
25 ou mais anos de serviço — 20 valores.

7.2.4.1.2 — *ACA* — antiguidade na carreira administrativa (só serão considerados anos completos):

Até nove anos de serviço — 10 valores;
De 10 a 14 anos de serviço — 14 valores;
De 15 a 24 anos de serviço — 18 valores;
25 ou mais anos de serviço — 20 valores.

7.2.4.1.3 — *EC* — experiência na categoria (só serão considerados anos completos):

Até nove anos de serviço — 5 valores;
De 10 a 14 anos de serviço — 10 valores;
De 15 a 24 anos de serviço — 15 valores;
25 ou mais anos de serviço — 20 valores.

7.2.4.2 — *OCA* — outras capacitações (pontuação máxima atribuível — 20 valores):

Coordenador de unidade de saúde — função exercida por período superior a seis meses — 5 valores;
Substituição de coordenador de unidade de saúde por período igual ou superior a três meses seguidos ou igual ou superior a seis meses interpolados — 4 valores;
Júri de concurso com participação efectiva (por cada) — 2 valores;
Nomeação em grupos de trabalho com participação efectiva (por cada) — 2 valores;
Processos de inquérito (por cada) — 2 valores;
Comissões de abertura de propostas de concursos ou consultas prévias (por cada) — 1 valor;
Propostas de concurso avaliação e análise (por cada) — 1 valor;
Gestores de máquina/Sinus — 1 valor;
Administradores de sistema/Sinus — 1 valor;
Utilizadores/Sinus — 1 valor.

8 — Formalização da candidatura — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao coordenador da Sub-Região de Saúde de Setúbal. O requerimento deverá ser entregue directamente nos serviços de recepção da secretaria, das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 15 minutos e das 14 horas e 30 minutos às 17 horas, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a Rua de José Pereira Martins, 25, 2900-438 Setúbal, considerando-se, neste último caso, apresentado dentro do prazo se o aviso tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado no aviso de abertura.

8.1 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- Identificação completa do requerente (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, residência, código postal e telefone e número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), número de contribuinte e situação militar, se for caso disso;
- Pedido de admissão ao concurso com a indicação do *Diário da República*, número, série e data, em que foi publicado o aviso;
- Habilitações literárias;
- Situação face à função pública (categoria profissional, serviço a que pertence e natureza do vínculo);
- Outros dados relevantes que os candidatos entendam ser susceptíveis de contribuir para a apreciação do seu mérito;
- Identificação dos documentos que acompanham o requerimento.

8.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- Certificado das habilitações literárias;
- Três exemplares do currículo profissional datados e assinados;
- Declaração do serviço de origem da qual constem a natureza do vínculo, a categoria detida e a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço dos anos relevantes para o concurso, indicando o ano, menção e pontuação obtida.

Nos termos previstos no n.º 5 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, as declarações comprovativas da titularidade dos requisitos especiais referidos no n.º 5 deste aviso são oficiosamente entregues ao júri pela Divisão de

Gestão de Recursos Humanos, Serviço de Gestão Administrativa.

9 — A relação dos candidatos admitidos será afixada no átrio do 6.º andar da Sub-Região de Saúde de Setúbal, sita na Rua de José Pereira Martins, 25, 2900 Setúbal, e nos serviços do Centro de Saúde da Cova da Piedade.

A lista de classificação final do concurso será notificada aos candidatos nos termos previstos no n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Composição do júri:

Presidente — Maria Isabel Bento Silva Viegas, chefe de secção.
Vogais efectivas:

- 1.ª Maria Guiomar Rodrigues Costa Tiago, assistente administrativa especialista.
- 2.ª Maria Manuela Pereira Gonçalves Silva Carneiro, chefe de secção.

Vogais suplentes:

- 1.ª Maria Eugénia Branco Brotas, assistente administrativa especialista.
- 2.ª Maria Helena Conceição Silva Honório, assistente administrativa especialista.

A 1.ª vogal efectiva substituirá a presidente do júri nas suas faltas ou impedimentos.

11 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março — «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

30 de Novembro de 2004. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Eduarda Paula Régio*.

Direcção-Geral da Saúde

Rectificação n.º 8/2005. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 292, de 15 de Dezembro de 2004, o aviso n.º 11 713/2004 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê:

«9.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

-
-
-
-
-
-
- Declaração passada e autenticada pelo serviço de origem do candidato, especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao actual posto de trabalho;
-»

deve ler-se:

«9.3 — Juntamente com o requerimento de admissão ao concurso, os candidatos devem apresentar:

-
-
-
-
-
-
- Declaração passada e autenticada pelo serviço de origem do candidato, especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao actual posto de trabalho;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito que só serão tidos em consideração se devidamente comprovados.»

17 de Dezembro de 2004. — A Chefe de Repartição, *Maria de Lourdes Barquinha*.

Hospital do Espírito Santo — Évora

Deliberação (extracto) n.º 11/2005. — Por deliberação de 22 de Setembro de 2004 do conselho de administração deste Hospital:

Ana Maria Silvestre Duarte, enfermeira em contrato administrativo de provimento — concedida equiparação a bolseiro, pelo ano lectivo

de 2004-2005, com dispensa de onze horas semanais, e com início a partir de 13 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Dezembro de 2004. — O Administrador, *Francisco Guerreiro*.

Deliberação (extracto) n.º 12/2005. — Por deliberação de 15 de Setembro de 2004 do conselho de administração deste Hospital, foi concedida equiparação a bolseiro a tempo completo às enfermeiras graduadas abaixo mencionadas no ano lectivo de 2004-2005, com início em 7 de Setembro de 2004:

Maria Clara Natário Lourenço.
Rosa Maria Saraiva Grachinha.
Zélia Maria Butes Freitas Cameirão.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Dezembro de 2004. — O Administrador, *Francisco Guerreiro*.

Inspecção-Geral da Saúde

Aviso n.º 46/2005 (2.ª série):

Ernestina Teixeira Ramalho, auxiliar de acção médica do Hospital de São João, Porto, com a última residência conhecida na Avenida de D. Manuel II, 838, 2.º, direito, trás, 4470 Maia — notificada que, por despacho de 10 de Dezembro de 2004 do Ministro da Saúde, proferido sobre o relatório final do processo disciplinar n.º 8/04-D, em que é arguida e que correu termos nesta Inspecção-Geral, lhe foi aplicada a pena disciplinar de demissão (artigo 72.º, n.º 4, do Estatuto Disciplinar).

20 de Dezembro de 2004. — O Inspector-Geral, *Fernando César Augusto*.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança

Despacho n.º 154/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto nos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de assessora do meu Gabinete a licenciada em Direito Cristina Maria da Silva Lopes, sendo, para o efeito, destacada ao Instituto de Segurança Social, I. P., deste Ministério.

2 — A remuneração da nomeada é equiparada ao vencimento dos adjuntos, acrescida do respectivo abono para despesas de representação, bem como dos subsídios de férias e de Natal, sendo a diferença de remuneração suportada por verbas do orçamento do meu Gabinete.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2004.

13 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, *Marco António Ribeiro dos Santos Costa*.

Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento

Despacho n.º 155/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 22 de Dezembro de 2004:

Isabel Maria Costa Marques Pinto Ferreira, Jaime Frederico Gomes de Barros, Maria Arlete Marques Abrantes Videira, Maria Cristina Furtado Louro Falé Alves e Teresa da Silva Campos Ribeiro Soares, assistentes administrativos principais do quadro de pessoal do ex-Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do extinto Ministério do Trabalho e da Solidariedade — nomeados definitivamente, na sequência de concurso, assistentes administrativos especialistas do mesmo quadro e Ministério, com efeitos a partir da data do despacho, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2004. — A Directora-Geral, *Maria Cândida Soares*.

Gabinete para a Cooperação

Despacho n.º 156/2005 (2.ª série). — Por despacho da directora-geral do Gabinete para a Cooperação do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança de 7 de Dezembro de 2004:

Vitor Manuel Martins da Silva, técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal do Gabinete para a Cooperação do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança (ex-Departamento de Cooperação), aprovado pela Portaria n.º 219/2000, de 15 de Abril — nomeado definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico superior de 1.ª classe do mesmo quadro, considerando-se exonerado do lugar que ocupa com efeitos a partir da data do referido despacho. (Isento de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas.)

20 de Dezembro de 2004. — A Directora-Geral, *Maria Lucília Figueira*.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.

Aviso n.º 47/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por deliberação do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social de 9 de Dezembro de 2004, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso misto para provimento de nove lugares na categoria de assessor principal no quadro de pessoal deste Instituto, aprovado pelas Portarias n.ºs 4/88, de 6 de Janeiro, e 168/88, de 19 de Março, sendo fixadas as seguintes quotas:

Referência n.º 1 — oito lugares destinados a funcionários pertencentes a este Instituto;

Referência n.º 2 — um lugar destinado a funcionários de outros organismos para a área de direito.

1.1 — O presente aviso será inscrito (registado) na bolsa de emprego público (BEP) no prazo de dois dias úteis após a publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril.

2 — Validade do concurso — o concurso visa o provimento dos lugares postos a concurso e caduca com a aceitação dos mesmos.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 248/85, de 15 de Julho, 184/89, de 2 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 442/91, de 15 de Novembro, 6/96, de 31 de Janeiro, 204/98, de 11 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 260/99, de 7 de Julho, 29/2000, de 13 de Março, 141/2001, de 24 de Abril, e 112/2004, de 13 de Maio.

4 — Conteúdo funcional — compete ao assessor principal o exercício de funções a que genericamente se refere o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, bem como o mapa 1 anexo àquele diploma, nas áreas a que se referem as Portarias n.ºs 4/88, de 6 de Janeiro, e 168/88, de 19 de Março.

5 — Local e condições de trabalho — o local de trabalho para a referência n.º 1 é em Lisboa e para a referência n.º 2 é em Castelo Branco. As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — Requisitos de admissão:

Referência n.º 1 — podem ser opositores ao concurso os funcionários pertencentes a este Instituto com a categoria de assessor;

Referência n.º 2 — todos os funcionários com a categoria de assessor da área de direito, com habilitação adequada, independentemente do serviço ou organismo a que pertençam;

que satisfaçam o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

7 — Local de afixação — a relação de candidatos admitidos ao concurso é afixada nos locais abaixo mencionados, bem como a lista de classificação final, a qual será ainda publicitada nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

Avenida de Manuel da Maia, 58, rés-do-chão, 1049-002 Lisboa;
Avenida de António Serpa, 32, rés-do-chão, 1069-201 Lisboa;
Praceta de Frederico Ulriche, 6, lote 7, rés-do-chão, esquerdo, 6000-164 Castelo Branco.

8 — Métodos de selecção a utilizar — avaliação curricular, na qual são considerados os factores habilitação académica de base, formação profissional, experiência profissional e classificação de serviço (artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho).

9 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, as quais serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.